

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

RELATÓRIO DE GRUPO DE TRABALHO

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 2007

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
Jorge Armando Felix

Coordenador do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicação
Raphael Mandarino

SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

1.2 MÉTODO DE TRABALHO

2 DESENVOLVIMENTO

3 PROPOSTA

4 CONCLUSÃO

5 ANEXO

RESUMO EXECUTIVO

O Grupo de Trabalho de Certificação Digital metodizou o seu trabalho, com vistas a **identificação de medidas que estimulem o incremento no uso da certificação digital na Administração Pública Federal – APF**, buscando a utilização dos recursos do Portal Governo, a realização de pesquisa junto aos gestores dos órgãos integrantes do GT, a identificação dos usos correntes da certificação digital e o enquadramento no Programa de Certificação Digital do Plano Plurianual 2008/2011, em fase de elaboração pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

O esforço do GT foi no sentido de analisar o assunto com foco nos três eixos temáticos identificados: **Conscientização e Capacitação** do público-alvo; **Logística e Serviços**.

Na pesquisa realizada foi possível avaliar a percepção do conhecimento do assunto, identificar as dificuldades encontradas e obter recomendações dos entrevistados. A pesquisa revelou os níveis de conhecimento sobre o assunto, podendo indicar ações focadas nos três eixos identificados. O seu resultado é um indicador importante a ser considerado por ter ratificado a percepção do GT sobre a necessidade de investir em conscientização e capacitação, simplificar a logística envolvendo certificados digitais e incrementar a oferta de serviços que empregassem esta tecnologia.

A proposta para a identificação do servidor público federal por meio de uma **identidade funcional com certificação digital** tem o objetivo de motivar a massificação do uso, uma vez que estimularia o servidor a ter acesso a outros serviços já disponíveis no âmbito do governo eletrônico.

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A eliminação da barreira física na transmissão de informação, com o advento na internet, trouxe mudanças e avanços tecnológicos na busca de soluções para o tráfego seguro de informação. Na esfera governamental, uma das iniciativas foi a criação e implantação da ICP-Brasil – Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira, a partir da percepção do Governo Federal da importância de regulamentar as atividades de certificação digital no país, com vistas a conferir maior segurança nas transações eletrônicas, incentivar a utilização da Internet como meio para realização de negócios e uso de serviços de governo eletrônico.

A ICP-Brasil, um conjunto de entidades, padrões técnicos e regulamentos, elaborados para suportar um sistema criptográfico com base em certificados digitais, foi instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que cria o Comitê Gestor, a Autoridade Certificadora Raiz Brasileira e define as demais entidades que compõem sua estrutura. A partir dessa medida foram elaborados os regulamentos - Resoluções e Instruções Normativas do Comitê Gestor, que passaram a reger as atividades das entidades integrantes da ICP-Brasil.

O modelo adotado foi o de certificação com raiz única. O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI está na ponta desse processo como Autoridade Certificadora Raiz, a quem cabe o credenciamento dos demais participantes da cadeia, a supervisão e a auditoria/fiscalização dos processos.

A Certificação Digital é um conjunto de técnicas e procedimentos que permite a assinatura em modalidade eletrônica, por meio de operações matemáticas e algoritmos de criptografia, para aferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento. Na prática, o Certificado Digital funciona como uma identidade digital que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em rede de computadores. O certificado digital aqui abordado se refere ao padrão X.509 v3, adotado pela ICP-Brasil.

A implantação da certificação digital tem como premissa a mudança da mídia papel para a digital, assim entendida a desmaterialização. Uma das maneiras disponíveis atualmente para a fundamentação legal de transações digitais é a utilização de certificados digitais. Sua utilização aumenta a segurança, a confiabilidade e a veracidade do documento digital, além de reduzir a necessidade de manutenção de documentos físicos.

Desde a criação da ICP-Brasil, houve diversas iniciativas para a utilização da certificação digital com foco na Administração Pública Federal – APF. Entretanto, há muito ainda por fazer para que essa tecnologia atinja todo o escopo desejado pelo Governo Federal. Para avançar nesse assunto, foi instituído por intermédio da Portaria de 11 de agosto de 2007 do Secretário Executivo do Conselho de Defesa Nacional, o Grupo de Trabalho de Certificação Digital com o **objetivo de identificar medidas que estimulem o incremento no uso da certificação digital na Administração Pública Federal – APF.**

1.2 MÉTODO DE TRABALHO

O grupo de trabalho realizou reuniões presenciais, utilizou os recursos do Portal Governo, aplicou pesquisa por meio de questionário aos gestores dos órgãos membros do GT e fórum das Coordenações de Informática dos Ministérios, identificou os usos correntes da certificação digital, analisou as informações apresentadas pelos órgãos integrantes do GT e o Programa de Certificação Digital no Plano Plurianual 2008/2011, em fase de elaboração pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, instituição designada para coordenar os

trabalhos do GT, apresentou as diretrizes que deveriam nortear as atividades e a busca do resultado, enfatizando a necessidade de apresentá-lo de forma pragmática. As diretrizes apontaram para três eixos temáticos a serem observados para se alcançar o objetivo do GT: **Conscientização e Capacitação** do público-alvo; **Logística e Serviços**.

A partir do estudo e compreensão dessas informações foi delineado o estágio atual de utilização da certificação digital com base nos questionários coletados dos órgãos de governo da APF. Após esse estudo foram propostas medidas para estimular o uso da certificação digital.

Na pesquisa foram abordados 10 itens. Os 8 primeiros itens são respostas do tipo “Não”, “Desconheço” e “Sim” no intuito de avaliar a percepção do conhecimento do assunto. Foi solicitado que, caso a resposta fosse SIM, o entrevistado apresentasse a(s) evidência(s) para a afirmação. O item nº 9 pretendeu identificar as dificuldades encontradas. O item nº 10 possibilitou a obtenção de recomendações / iniciativas que estimulariam ou incrementariam o uso da certificação digital em termos de conscientização/capacitação, logística e serviços.

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 Amostragem da Situação Atual

2.1.1 Resultados da pesquisa

Foi elaborado um questionário contendo os seguintes itens a serem pesquisados junto aos órgãos representados no GT, além de ter sido disponibilizado para o Fórum de Coordenadores Gerais de Modernização e Informática dos Ministérios por meio da colaboração da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Item	Indicadores
1	O órgão ou entidade conta com normas para orientar seus servidores ou empregados no uso da certificação digital?
2	O PPA 2008-2011 do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação prevê um Programa de Massificação do Uso da Certificação Digital. O planejamento estratégico da sua organização contempla ações para o uso da Certificação Digital?
3	O órgão ou entidade conta com canais estabelecidos para que seus servidores ou empregados possam apresentar consultas e receber orientações sobre o uso da certificação digital?
4	Seu órgão ou entidade faz uso de aplicativos que utilizam Certificação Digital?
5	O órgão possui sistemas ou informações que poderiam ficar disponíveis à comunidade da Administração Pública Federal com a segurança da certificação digital?
6	O órgão possui usuários com certificação digital da ICP-Brasil?
7	Você sabe como obter um certificado digital ICP-Brasil?
8	Você já se deparou com alguma demanda em seu ambiente de trabalho em que o uso do certificado digital seria recomendável?
9	Foram encontradas dificuldades no uso da certificação digital no seu órgão ou entidade?
10	Em sua opinião, que recomendações / iniciativas estimulariam ou incrementariam o uso da certificação digital (em termos de logística, conscientização/ capacitação e disponibilidade de serviços)?

A pesquisa foi aplicada a 97 servidores de 22 órgãos, cujas respostas ficaram distribuídas conforme as tabelas abaixo. Para melhor compreensão das tabelas foram associadas palavras-chave caracterizando cada um dos itens.

Quantidade de respostas (números absolutos)

Resposta	ITEM								Média
	1 Normas	2 PPA	3 Canais	4 Aplicati- vos	5 Sistemas disponí- veis	6 Usuários certifica- dos	7 Sabe obter	8 Existe demanda	
Não	47	23	36	23	12	13	26	18	24,8
Desconheço	25	36	25	23	23	40	18	4	24,2
Sim	25	38	36	51	62	44	53	75	48,0

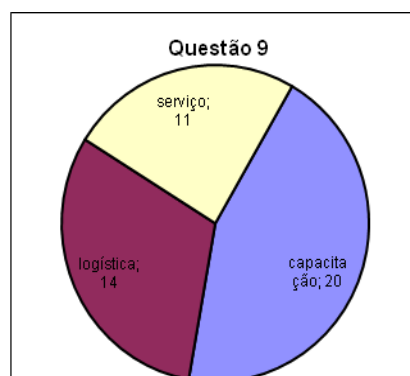
Percentual de respostas

Resposta	ITEM								Média
	1 Normas	2 PPA	3 Canais	4 Aplicati- vos	5 Sistemas disponí- veis	6 Usuários certifica- dos	7 Sabe obter	8 Existe demanda	
Não	48,5	23,7	37,1	23,7	12,4	13,4	26,8	18,6	25,52
Desconheço	25,8	37,1	25,8	23,7	23,7	41,2	18,6	4,1	25,00
Sim	25,8	39,2	37,1	52,6	63,9	45,4	54,6	77,3	49,48

As respostas dos itens 9 e 10 foram classificadas segundo sua correlação com os três eixos identificados pelo GT, sendo assim distribuídas:

Quantidade de respostas (números absolutos)

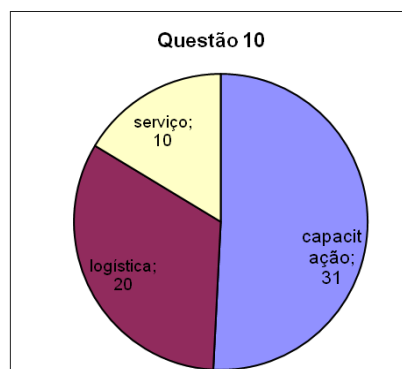
Atributo	ITEM	
	9 Dificuldades	10 Recomendações
Conscientização/Capacitação	20	31
Logística	14	20
Serviços	11	10



Percentual das respostas

Atributo	ITEM	
	9 Dificuldades	10 Recomendações
Conscientização/Capacitação	44,44	50,82
Logística	31,11	32,79

Serviços	24,44	16,39
-----------------	-------	-------



2.1.2 Análise dos resultados

O resultado da pesquisa ratificou a percepção do GT sobre a necessidade de investir em conscientização e capacitação, simplificar a logística de obtenção e distribuição de certificados digitais e incrementar a oferta de serviços que usem a tecnologia.

Na análise realizada nas questões de natureza subjetiva, verificou-se que, na comparação entre os três eixos identificados, as respostas apresentaram concentração direcionada para Conscientização e Capacitação, tanto nas dificuldades quanto nas recomendações, o que caracteriza a maior importância que os entrevistados deram para o fator Educação para a Certificação Digital.

2.2 – Identificação dos usos da certificação digital

Com o intuito de subsidiar as discussões do GT, foi realizado um levantamento dos usos correntes da certificação digital nos setores público e privado do país, chegando-se a uma lista exemplificativa:

- Assinatura Digital de Contrato de Câmbio;
- Assinatura de Documentos Eletrônicos;
- Fluxo de trabalho com Assinatura Digital;
- Controle de Acesso a Aplicativos de Rede;
- Assinatura de Formulários Web;
- Autenticação de Servidores Web;
- Segurança para Correio Eletrônico;
- Peticionamento Eletrônico;
- Emissão de Nota Fiscal eletrônica;
- Autenticação em Sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos;
- Tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais;
- Autenticação de banco de dados;
- Utilização em mensagens oficiais de governos estaduais e municipais;
- Emissão de documentos escolares;
- Transações bancárias;
- Serviços e documentos da Receita Federal do Brasil;

- Cartórios 24 horas.

2.3 O Programa de Certificação Digital no Plano Plurianual 2008/2011

O Programa denominado Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil tem o objetivo de garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do uso de certificados digitais ICP-Brasil. A sua abrangência vai muito além do propósito do GT porque foca toda a Sociedade Brasileira, entretanto, se oferece como referência relevante visto que seu público-alvo contempla os servidores e empregados públicos e entidades da administração pública direta e indireta dos poder Executivo, estes os alvos primeiros do GT. Foi definido, dentre os indicadores para monitoramento do Programa, a Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil. É esperado que este indicador apresente a seguinte evolução ao longo do Plano: 2008: 10%; 2009: 20%; 2010: 30% e 2011: 40%, percentuais estes que serão calculados dividindo-se o número de servidores e funcionários públicos federais usuários de certificados digitais ICP-Brasil pelo total de servidores e funcionários públicos federais da ativa.

O Programa prevê oito ações em quatro eixos que vão ao encontro daqueles identificados no GT. Destacam-se:

Eixo 1 - Sensibilização e Capacitação, cujo objetivo é esclarecer o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, seus benefícios e responsabilidades advindas de seu uso; proporcionar o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP-Brasil, bem como, de profissionais qualificados para desenvolver e dar suporte às aplicações que façam uso da certificação digital ICP-Brasil. Este eixo é compreendido pelo GT sobre a denominação **Conscientização e Capacitação**.

Eixo 2 - Fomento a Aplicações: estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da certificação digital ICP-Brasil nos setores público e privado brasileiros. Este eixo vai ao encontro daquele identificado pelo Grupo como de **Serviços**.

Eixo 3 - Operação: garantir o pleno e perfeito funcionamento da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil; ampliar a ICP-Brasil de modo a proporcionar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos certificados digitais ICP-Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro. O Grupo percebe a necessidade de se desenvolverem medidas de **Logística** que permitam superar dificuldades atualmente existentes, como por exemplo, no campo das normas em vigor.

Consideradas estas informações, conclui-se pela forte aderência entre as análises e resultados do GT com o Programa ora comentado.

3. PROPOSTAS

O GT direciona a sua principal proposta para a transição das atuais formas de identificação do servidor público federal para uma **identidade funcional** na forma de um cartão inteligente com o “chip” que armazene um certificado digital. Esta proposta tem o objetivo de disponibilizar para o servidor público o instrumento necessário não apenas a sua identificação pessoal como também à operação dos diversos processos de trabalho, sejam finalísticos quanto de apoio, das organizações em que atuem.

A entrega da identidade funcional para um servidor público deverá vir acompanhada de

ações correspondentes de conscientização/capacitação e indicação do serviço ou aplicação onde será, inicialmente, empregada a sua certificação digital. Algumas dessas medidas estão identificadas nos itens que se seguem (3.1, 3.2 e 3.3). Convém lembrar que a característica de interoperabilidade do certificado ICP-Brasil permitirá que o mesmo seja utilizado pelo usuário em diversas outras operações que estejam preparadas para o seu uso, tanto em âmbito público quanto privado. Exemplo disto é o acesso à conta bancária de alguns dos principais bancos por meio do certificado. Outros serviços, como o da Receita Federal do Brasil, também já estão disponíveis ao contribuinte e, por conseqüência, ao servidor público.

A motivação para o desenvolvimento de um projeto desta natureza pode ser resumida pelos benefícios que esta tecnologia, quando empregada nos processos de trabalho da APF, pode trazer em termos de ganhos de produtividade, redução de custo e de tempo de execução das tarefas com segurança nas operações por meio eletrônico e pela colaboração com o meio ambiente.

3.1 Eixo 1 - Conscientização/Capacitação

A ampla utilização de certificados digitais envolve mudanças culturais importantes na organização do trabalho e geram resistências que precisarão ser “quebradas” por meio de um trabalho de conscientização e capacitação para viabilizar a transição entre a forma de trabalho atual e a nova, demonstrando as vantagens em substituir de maneira segura a mídia papel para a eletrônica.

A adoção de uma estratégia de ação poderia ser concebida nos seguintes níveis: conhecimento sobre o assunto por meio de palestras e seminários, confiança por meio de ensino, cursos e treinamentos regulares, aplicação por meio de instrução, habilitação e capacitação.

A transmissão dos conteúdos, quer de forma presencial ou à distância, precisará ser realizada utilizando linguagem de fácil compreensão ao público, abordando prioritariamente: A ICP-Brasil; Conceitos sobre Certificação Digital; Princípios básicos da Segurança da Informação; Usos e benefícios da Certificação e Aplicações na APF, em correio eletrônico e em GED (Gestão Eletrônica de Documentos).

Para o público de níveis gerencial e de direção, a abordagem se estenderia com estudos de casos de aplicações na APF e fora dela, a exemplo de Governo Eletrônico e uso corrente de documentos eletrônicos assinados digitalmente nas esferas comercial e judicial.

Para operacionalizar estas propostas, sugere-se a criação de um núcleo de coordenação de Formação em Certificação Digital com alcance em toda a APF.

Caberia a este núcleo:

- a contratação de cursos a serem disponibilizados nas linhas de capacitação de AR, usuário final, Gestor de TIC, outros Gestores;
- a elaboração de um programa de formação de agentes multiplicadores nos diversos órgãos da APF;
- a elaboração de conteúdo e agenda de treinamento para ser seguida pelos agentes Multiplicadores;
- a criação de projetos de parceria com as universidades federais e corporativas dos órgãos do governo e demais centros de treinamentos da esfera federal para elaboração de cursos presenciais e a distância;
- a negociação com o CDTC (Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento) para elaboração de cursos nos moldes do curso formatado para agentes de registro;
- a formação de Agentes de Registro a partir do curso do CDTC;

- a capacitação de desenvolvedores que venham a estar qualificados para a adaptação de sistemas informatizados já existentes e criação de novos aplicativos.

3.2 Eixo 2 - Logística

No que se refere ao aperfeiçoamento dos aspectos logísticos, a principal recomendação consiste na simplificação dos procedimentos para obtenção, distribuição e utilização de certificados digitais. Tal fato estimularia o uso da certificação digital na APF.

- a simplificação do processo de identificação de servidores públicos para emissão de certificados digitais;
- a redução do custo para obtenção de certificado digital para servidores públicos;
- a revisão dos critérios de validade do certificado digital para os servidores públicos;
- a atribuição de funções de AR às áreas de recursos humanos da APF;
- a simplificação das exigências legais para a abertura, manutenção e encerramento de Autoridades de Registro no âmbito da APF;
- a definição de um padrão de assinador e validador de assinatura com carimbo de tempo.

Cabe ressaltar que, considerada a multi-setorialidade do tema, a análise do Programa Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil sugere que os órgãos da APF criem ações relacionadas em seus planejamentos quando da próxima revisão do PPA 2008-2011, a ser executada no primeiro semestre de 2008.

3.3 Eixo 3 - Serviços

No que se refere à geração de serviços, apresentam-se as seguintes propostas para estímulo do uso da certificação digital na APF:

- Prospecção/implementação de serviços/aplicações;
- Oferta e divulgação de serviços atrativos ao servidor público (certificado multi-uso);
- Autenticação nas redes e sistemas corporativos por meio de certificação digital;
- vinculação de funcionalidades dos sistemas estruturadores e do correio eletrônico à utilização da identidade funcional com certificado digital;
- Disponibilização de ferramentas para desenvolvimento de aplicações;
- Adoção de Sistemas de Gerenciamento Eletrônico de Documentos que conte com os recursos da certificação digital.

Cabe ressaltar que o potencial identificado para utilização da certificação digital nos serviços/aplicações da APF poderá ser viabilizado com a adoção das propostas mencionadas.

4 - CONCLUSÃO

A despeito das considerações individuais abordadas em cada um dos três eixos focados, deve se destacar o inter-relacionamento entre os mesmos. Desta forma, as medidas apontadas nas propostas não devem ser consideradas isoladamente. Ao contrário, as abordagens de um plano estratégico para a massificação do uso devem nortear sempre planos de ação integrados, buscando difundir o conhecimento, a confiança e a aplicação da certificação digital.

Entende-se que o projeto de identificação funcional com certificação digital ora enfatizado nas propostas é a principal medida a ser adotada para criar o ambiente favorável ao uso desta tecnologia. Entretanto, as análises mostraram, em especial a da pesquisa, que há importantes medidas classificadas nos eixos de conscientização/capacitação, logística e serviços que complementam a proposta principal. É recomendável que as medidas não sejam adotadas de forma isolada mas que estejam integradas e sincronizadas para que umas reforcem as outras.

Finalizando, o Grupo de Trabalho acredita que a implementação das propostas trará bons resultados para a implementação de políticas de segurança da informação e comunicação e a melhor prestação de serviços para o cidadão brasileiro por meio da modernização da administração pública federal.

5 - ANEXO

Anexo 1	Portaria de 11 de agosto de 2007
---------	----------------------------------

ANEXO 1

**CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA-EXECUTIVA**

PORTARIA DE **11** DE AGOSTO DE 2007.

Institui Grupo de Trabalho no âmbito CGSI.

O MINISTRO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto 3.505, de 13 de junho de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI, um Grupo de Trabalho de Certificação Digital com o objetivo de identificar medidas que estimulem o incremento no uso da certificação digital na Administração Pública Federal – APF.

Art. 2º O grupo de trabalho de que trata esta Portaria será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

ÓRGÃO	REPRESENTANTES
Casa Civil da Presidência da República	- Ricardo Luiz de Miranda Valle – Coordenador
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	- Miriam Barbuda Fernandes Chaves – Titular - Roberval de Jesus Leone dos Santos – Suplente
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	- Emerson de Azevedo - DSIC/SE – Titular - Walter José Guimarães Junior – DSIC/SE - Suplente - Alcyr Scheiner Moraes – DSIC/SE – Suplente
Advocacia-Geral da União	- Alessandro Antonio Stefanutto – Titular - Roberto Ribeiro dos Santos – Suplente
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	- Luciano Vieira Koenigkan – Titular - Benedita Rosângela Gomes – Suplente
Ministério das Cidades	- Eduardo Costa Lima Silva – Titular - Flávia Monteiro de Castro Campos – Suplente
Ministério das Comunicações	- Elmar Febronio Souza – Titular - Marley de Lima Matos – Suplente
Ministério da Defesa	- José Carlos Nogueira – Titular - Alexandre Carvalho de Alencar – Titular - Josane Borges das Neves Guimarães – Suplente - Marcelo Fontanari de Carvalho – Suplente
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	- Natherson Geraldo de Souza – Titular - Thiago Oliveira Andrade – Suplente
Ministério da Justiça	- Maria do Socorro Rodrigo de Medeiros – Titular - Elaine Fabiano Tocantins – Suplente
Ministério das Minas e Energia	- Sérgio Luiz Barbosa – Titular - Hisao Fujimoto – Suplente
Ministério da Saúde	- Adilson José Bittencourt Meirelles – Titular - Adelino Fernando de Souza Correia – Suplente
Ministério do Trabalho e Emprego	- Rui Alberto Ecke Tavares – Titular
Comando da Marinha	- José Carlos Amado – Titular - Cláudia de Abreu Silva – Suplente
Comando do Exército	- José Carlos da Silva – Titular - Alexandre dos Reis da Silva – Suplente
Comando da Aeronáutica	- Celmo Maciel Tupinambá – Titular - Cláudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva – Suplente



Banco Central do Brasil	- Danilo Dias – Titular - Décio Coelho Duarte – Suplente
Banco do Brasil	- Henrique Cezar Martins Leônico – Titular - Ubiratã Jurandi de Oliveira Vargas – Suplente
Caixa Econômica Federal	- Alcione Lenz – Titular - Adriana Cruz Mendes – Suplente
CORREIOS	- Ricardo Jorba Bento – Titular - Fabiano Reis Bié – Suplente
INFRAERO	- Antonio José Moraes Soares – Titular - José Francisco Moraes Ferreira – Suplente
DATAPREV	- Marcos José da Silva – Titular - Humberto Degrazia Campedelli – Suplente
SERPRO	- Nilson Costa da Silva – Titular
PETROBRAS	- Flávio Baruzzi – Titular

Art. 3º Os trabalhos do Grupo serão coordenados pelo representante titular da Casa Civil da Presidência da República ou por um de seus suplentes.

Art. 4º Poderão ser convidados a participar do Grupo de Trabalho, a juízo dos seus representantes, técnicos e especialistas dos demais órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal.

Art. 5º O Grupo de Trabalho terá duração até 31 de outubro de 2007, permitida a prorrogação deste prazo, caso necessário.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JORGE ARMANDO FELIX